PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 5805/MAP – 08 Julho 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1840/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 3237/2010 de 07 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro da Administração Interna, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

MO

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

S. R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES
ENTRADA Nº: 5486
DATA: 08-07-2010

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete
de S. Exa. o Ministro dos
Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Sua Referência:	Sua Comunicação:	Of. 3237/2010 Proc.430/2010 Reg. 2547/2010	07-07-2010

ASSUNTO: PERGUNTA N.º 1840/XI/(1ª) – AC DE 22 DE MARÇO DE 2010. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA A ENTIDADES PRIVADAS

Em resposta ao requerimento acima identificado, do Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia, solicitando informação sobre contratação de estudos sobre segurança a entidades privadas, cumpre referir o seguinte:

1. No dia 12 de Agosto de 2008 foi celebrado um protocolo entre o Ministério da Administração Interna e o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), para a elaboração de um inquérito nacional ao sentimento de segurança e à vitimação.

   Com este estudo pretendia-se obter uma melhor compreensão da relação entre a criminalidade participada e a criminalidade real e um conhecimento mais aprofundado das principais questões que preocupam os cidadãos portugueses em matéria de segurança.

   Após a entrega do Relatório, foi solicitado ao ISCTE/CIES o aprofundamento de algumas questões. Para além de uma análise mais pormenorizada dos dados apresentados, foi requerida a exploração de algumas das potencialidades que um instrumento desta natureza contém, tais como cruzamentos adicionais de variáveis ou a desagregação de alguns dados a escalas espaciais não exploradas numa primeira fase. A resposta às questões colocadas está a ser elaborada e aguarda-se a sua conclusão.

   Apesar de se aguardar ainda resposta às questões formuladas, o Ministério da Administração Interna decidiu dar conhecimento público dos resultados do estudo, tendo-o apresentado nas primeiras Jornadas de Segurança em Março deste ano. As conclusões então apresentadas pelo Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida estão disponíveis no sítio do Ministério da Administração Interna.

Praça do Comércio - 1123 - 802 Lisboa • Tel.: 21 323 20 00 / 30 00 • Fax: 21 346 80 31
E-mail: gabinete.ministro@mai.gov.pt URL: http://www.mai.gov.pt

O encargo total com a realização do Inquérito, suportado pelo MAI, foi de € 74.040,00.

2. A 31 de Maio de 2008 foi celebrado um Protocolo para a criação do Observatório da Delinquência Juvenil nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, entre os Governos Civis de Lisboa, Porto e Setúbal e a Faculdade de Direito do Porto, e homologado pelo Ministro da Administração Interna.

   O Observatório foi criado para estudar o fenómeno da delinquência juvenil nas metrópoles portuguesas – Lisboa e Porto – na sua dimensão e diversidade.

   A coordenação científica do Projecto ficou a cargo do Professor Cândido da Agra, Director da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito do Porto.

   O relatório do observatório foi publicamente apresentado, nos dias 26 e 27 de Março, durante as primeiras "Jornadas de Segurança", que decorreram no Centro de Congressos de Lisboa.
   Tendo em conta a extensão, profundidade e áreas territoriais abrangidas, o financiamento do Observatório foi tripartido entre os Governos Civis do Porto, de Lisboa e de Setúbal. O Governo Civil do Porto assegurou o pagamento de €79.200, correspondentes à totalidade da verba comprometida e efectuado após a elaboração do relatório final dessa área metropolitana, e os Governos Civis de Lisboa e de Setúbal pagaram, respectivamente, €36.000 e €78.000, cabendo-lhes liquidar o restante financiamento com a entrega do relatório correspondente. Assim, o encargo total com a criação do Observatório cifra-se, actualmente, em €193.200.

3. Em Janeiro de 2007 iniciou-se o Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve (ERSTA), sob a coordenação da Autoridade Nacional de Protecção Civil.
   Foram assinados protocolos com 9 entidades técnico-científicas distribuídas pelas diferentes áreas de actividade, com o objectivo de se concretizarem as várias componentes do referido estudo.
   - Universidade do Algarve (UALG) – *"Protocolo específico sobre caracterização geotécnica e estudo de Vulnerabilidade a Tsunamis para o ERSTA".*
   - Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – *"Protocolo sobre caracterização e estudo de vulnerabilidades para o ERSTA".*
   - Instituto Superior Técnico (ICIST / IST) – *"Protocolo sobre caracterização e estudo de vulnerabilidades das redes de infraestruturas para o ERSTA".*
   - Instituto de Ciências da Terra e do Espaço (ICTE) – *"Protocolo sobre vulnerabilidade e instabilidade de arribas litorais, perigosidade de tsunamis e projecto-piloto de avaliação multi-risco para o ERSTA".*
   - Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) – *"Protocolo sobre cartografia de inundação do sismo de 1755 para o ERSTA".*
   - Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve (EST / UALG) – *"Protocolo sobre Efeitos de Sítio para o ERSTA".*
   - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) – *"Protocolo sobre sismotectónica do Algarve para o ERSTA".*
   - Centro de Estudos Geográficos (CEG / UL) – *"Protocolo sobre caracterização e estudo de vulnerabilidades humanas e orientações para o ordenamento do território para ao ERSTA".*

- Instituto de Meteorologia (IM) – *"Protocolo sobre caracterização sismológica para o ERSTA".*

O custo total do projecto foi de €1.332.949,05. Todavia, esta verba foi suportada, maioritariamente, no âmbito do QREN, por um financiamento comunitário de €1.000.040. Só o remanescente correspondeu a um esforço nacional.

Os Resultados foram publicamente apresentados em cerimónia que decorreu na Universidade do Algarve no dia 22 de Janeiro de 2010.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

A. J. Coelho dos Santos

/RA